

## Por uma política de valorização das Revistas acadêmicas na área de História

Nota do Fórum de Editores de periódicos da ANPUH-Brasil

Nas últimas três décadas, o lugar e o papel dos artigos científicos publicados nos periódicos ampliaram-se significativamente no campo das Humanidades, seja como parte de mudanças no universo de potenciais autores e leitores devido à expansão de cursos de graduação e pós-graduação, seja este processo resultado, em parte, da indução da avaliação feita pela CAPES, a agência de consolidação da pós-graduação nacional. No entanto, apesar do crescente volume de artigos e de revistas publicados (incluindo periódicos discentes), não observamos um crescimento equivalente nos usos destas referências, tanto em outros artigos, teses e dissertações e livros quanto sua presença em ementas de cursos de graduação e pós-graduação. Caberia perguntar: será que lemos e acompanhamos os artigos que saem nos periódicos, ao menos, nas áreas de nossas especialidades?

A resposta parece ser não, o que pode indicar uma certa distorção: apesar de ser um elemento altamente valorizado na avaliação dos programas de pós-graduação, e envolver um grande trabalho de avaliação e edição por parte das equipes editoriais de periódicos, bem como de produção e aperfeiçoamento de cada artigo avaliado, sua inserção no cotidiano de docentes e pesquisadores em História não parece ser central. Se tomarmos como certo que os artigos deveriam representar os primeiros resultados de pesquisas originais, não caberia a nós, como comunidade, valorizá-los? Nos arriscamos a dizer que duas ações deveriam ser pensadas de modo a contribuir com uma desejável mudança neste quadro: primeiramente, uma ampliação nos usos de artigos científicos na prática de pesquisa, de formação, de ensino e de preparo e seleção de novos pesquisadores; além disso, o reconhecimento pleno dos trabalhos realizados pelas equipes editoriais (editores de periódicos e avaliadores/pareceristas, em especial), em sua dimensão técnica e, sobretudo, acadêmica.

É um consenso partilhado entre nós a importância dos livros autorais como fruto da consolidação de pesquisas originais, muitas delas acumuladas ao longo de anos. Os artigos de periódico, no entanto, podem ter outra função: a de apresentar novidades de pesquisas, de abordagens, de revisões do campo historiográfico, de reflexões sobre a docência e sua prática etc., cujo caráter exploratório é sempre bem-vindo. Seria salutar que alguma reflexão sobre seus formatos estivesse presente nos nossos espaços formativos. Mas provavelmente a questão passe por um gargalo: como nós, enquanto campo, desejamos potencializar a leitura e o uso dos artigos publicados se durante a formação do historiador (no nível de graduação e pós-graduação) a imensa maioria dos itens bibliográficos das ementas disciplinares são de livros? E mesmo os textos obrigatórios valorizam capítulos muito mais que artigos? Sem uma formação que prepare a comunidade historiadora para consultar, usar e refletir sobre este tipo de referência,

considerando inclusive a crescente multiplicação de ferramentas digitais que subsidiam indexadores e bases de periódicos plurais, dificilmente este quadro se alterará.

Observando o que as revistas do campo têm feito ultimamente, cabe apontar que utilizamos muito pouco o que oferecem para reflexão e atividades de formação. Além dos tradicionais dossiês, as seções de debate, informes de pesquisas, entrevistas, blogs, entre outros, e mais recentemente lives e discussões online que aumentaram progressivamente com a pandemia iniciada em 2020, quase nada disso parece ser material orgânico de discussão sobre seus temas e produções. Poucos são os cursos que promovem reflexão e acompanhamento de revistas nas áreas especializadas, dentro e fora do Brasil, o que pode ser especialmente significativo na pós-graduação, onde a necessidade de atualização das novas pesquisas diante da produção referente a cada tema é imperiosa, devido ao fato dos periódicos serem veículos de comunicação das pesquisas mais recentes, bem como espaços de interações recorrentes. E o que dizer de cursos que promovam atividades formativas acerca da produção editorial em seus vários níveis, até mesmo de avaliadores, o que conta com ainda experiências inovadoras muito pontuais.

Ao mesmo tempo em que esse conjunto de indícios sugere um baixo investimento na qualificação do debate acadêmico, *stricto sensu*, convoca a comunidade de historiadores a reavaliar e aperfeiçoar suas práticas. Nada disso fará sentido se não investirmos na valorização do trabalho editorial como um todo: a atuação dos editores, conselhos, assistentes e avaliadores. Este processo envolve ao menos dois âmbitos, fundamentais para o fortalecimento do debate qualificado no campo da história: (a) reconhecimento institucional do trabalho acadêmico e técnico daqueles envolvidos no processo de edição de um periódico; e (b) reconhecimento do trabalho acadêmico na elaboração dos pareceres dos artigos avaliados.

A atuação das equipes, em seus mais variados níveis, requer um reconhecimento institucional que talvez deva ter um forte arrimo dentro de nossos próprios departamentos, programas, universidades, sem contar nossa avaliação como pesquisadores e docentes. A condução e execução dos trabalhos dos periódicos requer horas a fio de trabalho voluntário em prol do campo científico e, na imensa maioria das vezes, sequer é levado em conta como atividade profissional pelas instituições – salvo raríssimas exceções. O mesmo se pode dizer dos trabalhos dos discentes envolvidos nos processos de editoração de periódicos que deveriam ter computadas, ao menos, as horas que essas atividades tomam, se as entendemos realmente como experiência central na sua formação. Os editores arcam com o tempo, o acúmulo de trabalho (vale dizer que quanto menor o periódico, mais o trabalho é centralizado em poucas pessoas), a dificuldade de encontrar pareceristas especialistas dispostos e disponíveis para análise de nossos artigos, o restrito apoio técnico institucional que os obriga à busca pelo aprendizado sobre novas ferramentas de gestão editorial, de controle de originalidade, de

indexação e de difusão de nossa produção, incessantemente, tudo para garantir a publicação de nossos artigos mantendo o rigor da periodicidade mais adequada possível.

Infelizmente não é muito diferente no trabalho dos pareceristas. Na imensa maioria, temos uma atuação praticamente voluntária e anônima, em que a demanda pela sua grande especialização e qualidade do parecer tem um mínimo de reconhecimento (uma declaração de atividade realizada, a ser computado em relatórios de atividades de departamentos e/ou no programa), que é bem aquém da contrapartida ofertada. Não à toa, não há revista que não enfrente atualmente dificuldade em encontrar pareceristas, e ainda mais dispostos e com tempo para dedicação às avaliações. Enquanto não valorizarmos o trabalho dos pareceristas como produção intelectual sumamente qualificada, novamente estaremos com poucas possibilidades de reverter o quadro. Ainda mais diante dos novos desafios que se colocam às revistas hoje em dia para que sejam veículos muito mais dinâmicos e ativos na interação com a comunidade, e menos simples repositórios de textos.

Arriscamos dizer que o reconhecimento de todas essas etapas de produção e avaliação pode apontar para um saudável caminho contrário ao produtivismo, em prol de uma cultura de maior leitura e interação com os periódicos. Alterar a cultura consolidada da área no que toca às revistas, e incentivar uma maior experimentação diante das possibilidades atuais das plataformas digitais é algo mais que bem-vindo atualmente, mas que demanda tempo precioso de trabalho de todas e todos nós.

Se nada disso é possível sem recursos humanos e técnicos qualificados, é inviável sem recursos financeiros. Editar um periódico de qualidade exige recursos financeiros no pagamento de equipes especializadas – revisão, tradução, diagramação, apoio de secretários/assistentes editoriais, marcação XML, hospedagem de sistema de gerenciamento do fluxo editorial, registro DOI, acompanhamento dos processos de indexação entre outros. A mudança do suporte de papel para o digital pode ter apresentado uma ideia ilusória de que os custos se reduziram. No entanto, de modo geral, os custos ficam equivalentes ou maiores, na medida em que trabalhos mais especializados se tornaram imperativos, assim como a necessidade de criação/disponibilização de sistemas que garantam não apenas o acesso digital no curto e médio, mas também sistemas digitais que assegurem a guarda e o acesso a nossas produções no longo prazo. Afinal, são esses acervos que testemunham parte substantiva de nosso debate historiográfico e, portanto, de sua memória. Neste sentido, financiar a publicação de um livro é muito mais fácil do que o complexo processo editorial que sustenta cada artigo publicado em uma revista acadêmica, cujo exigente trabalho, constante e qualificado, não pode ser como que sorrateiramente embutido nas tarefas de docência e pesquisa.

Nesse sentido, a demanda por recursos financeiros é mais que urgente, seja nacionalmente, seja em nossas instituições e programas. Sua falta tem levado ao encerramento da atividade de vários periódicos, desde pequenos títulos até mesmo revistas academicamente

consolidadas e do mais alto estrato no sistema de avaliação nacional. Uma posição hegemônica dentro da área de história e recorrente em grande parte das Humanidades é que os periódicos não devem realizar cobranças de taxas, seja dos autores (normalmente nomeadas como 'taxa de processamento de artigo', APC, article processing charge), seja dos leitores (taxas de assinaturas ou de acesso). Deste modo, e considerando que o vínculo da grande maioria das revistas é com as Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, as alternativas são as chamadas públicas da modalidade programa editorial. Dentre estes sistemas de financiamento são poucos os que contemplam os novos periódicos e os que ainda não foram amplamente indexados; em geral, o foco tem sido os periódicos indexados nas grandes bases de dados nacionais e internacionais. As alternativas seriam as Fundações de Apoio e recursos das próprias IES, no entanto, têm sido cada vez mais raros esses editais. Ainda assim, raramente essas agências financiadoras contemplam este grupo<sup>1</sup>. O estrangulamento financeiro dos periódicos alija as comunidades de pesquisa no seu processo de crescimento e consolidação acadêmica, além de comprometer e reduzir a pluralidade de tópicos de pesquisa e, com isso, a bibliodiversidade do campo.

Diante do grave cenário nacional de descaso e flagrante desfinanciamento das pesquisas, que eleva esse quadro complexo a desafios presentes e futuros ainda mais exigentes, nossa atuação política é conclamada a uma dupla empreitada, que só podemos enfrentar na convergência de esforços. A primeira é lutar pelo reconhecimento e pelo financiamento, sempre! Mas é também fundamental lembrar o quanto pode ser crucial uma cultura de pesquisa e formação que valorize as revistas científicas da área, no âmbito do uso e dos trabalhos para sua produção.

---

<sup>1</sup> Destaca-se que o problema do financiamento tem sido generalizado, como destaca a Academia Brasileira de Ciências. SITUAÇÃO DOS PERIÓDICOS CIENTÍFICOS brasileiros. Academia Brasileira de Ciências. 11 jun. 2021. Disponível em: <http://www.abc.org.br/2021/06/11/manifestacao-situacao-dos-periodicos-cientificos-brasileiros/>. Acesso em: 28 jun. 2020.

## For a policy of valuing academic journals in the field of History

Note from the ANPUH-Brasil Journal Editors' Forum

In the past three decades, the place and role of scientific articles published in journals have expanded significantly in the field of Humanities, either as part of changes in the universe of potential authors and readers due to the expansion of undergraduate and graduate courses, or as the result — in part — of the induction of the evaluation carried out by the Coordination of Superior Level Staff Improvement (CAPES), the national graduate consolidation agency. However, despite the growing volume of published articles and journals — including student journals — we did not see an equivalent growth in the use of these references in other articles, thesis, dissertations and books, nor in undergraduate and graduate course menus. Thus, we have to ask: do we read and follow the articles published in journals, at least in the areas of our specialties?

The answer seems to be no, which may indicate a certain distortion: despite being a highly valued element in the rating of graduate programs, and involving a great deal of evaluation and editing work on the part of the editorial teams of journals, as well as production and improvement of each article rated, its insertion in the daily life of professors and researchers in History does not seem to be central. If we understand that articles should represent the first results of original research, isn't it up to us, as a community, to value them? We dare to say that two actions should be thought of in order to contribute to a desirable change in this situation: first, an expansion in the uses of scientific articles in the practice of research, training, teaching and the preparation and selection of new researchers; in addition, the full recognition of the work carried out by the editorial teams (journal editors and evaluators/reviewers, in particular), in its technical and, above all, academic dimension.

It is a shared consensus among us the importance of authorial books as a result of the consolidation of original research, many of which have been accumulated over the years. Journal articles, however, can have other functions: present new research, approaches, reviews of the historiographical field, reflections on teaching and its practice, which exploratory character is always welcome. It would be beneficial if some reflection on their formats were present in our training spaces. But the real question is: how do we, as a field, want to enhance the reading and use of published articles if during the historian's training (at the undergraduate and graduate level) the vast majority of bibliographic items in the disciplinary menus are from books? And even mandatory texts value chapters much more than articles. Without training that prepares the historian community to consult, use and reflect on this type of reference, including the growing multiplication of digital tools that subsidize indexers and databases of plural journals, this scenario will hardly change.

Analyzing what field magazines have been doing lately, it is worth noting that we use very little of what they offer for reflection and training activities. In addition to the traditional dossiers,

debate sections, research reports, interviews, blogs, among others, like the recent lives and online discussions that have progressively increased with the pandemic that started in 2020, almost none of this seems to be organic material for discussion on their topics and productions. There are few courses that promote reflection and follow-up of journals in specialized areas, inside and outside Brazil, which can be especially significant in graduate studies, where the need to update new research in the face of production related to each theme is imperative, due to the fact that journals are communication vehicles for the most recent research, as well as spaces for recurring interactions. And what to say about courses that promote training activities on editorial production at its various levels, even for evaluators, which also have very specific innovative experiences.

At the same time that this set of evidence suggests a low investment in the qualification of academic debate, *stricto sensu*, it calls on the community of historians to reassess and improve their practices. None of this will make sense if we do not invest in valuing the editorial work as a whole: the role of editors, boards, assistants and evaluators. This process involves at least two areas, fundamental for the strengthening of qualified debate in the field of history: (a) institutional recognition of the academic and technical work of those involved in the process of editing a journal; and (b) recognition of academic work in the elaboration of reviews of the evaluated articles.

The performance of teams, at its most varied levels, requires institutional recognition that perhaps should have a strong support within our own departments, programs, universities, not to mention our evaluation as researchers and professors. Conducting and executing the work of journals requires hours on end of volunteer work in favor of the scientific field and, in the vast majority of cases, it is not even taken into account as a professional activity by the institutions – with very few exceptions. The same can be said of the work of the students involved in the processes of publishing journals, who should have computed, at least, the hours that these activities take, if we really understand them as a central experience in their training. The editors take the time, the accumulation of work — it is worth mentioning that the smaller the journal, the more the work centralized on a few people —, the difficulty of finding expert reviewers willing and available to analyze our articles, the limited institutional technical support that forces them to search for learning about new tools for editorial management, control of originality, indexing and dissemination of our production, incessantly, everything to guarantee the publication of our articles while maintaining the rigor of the most appropriate periodicity possible.

Unfortunately, it is not much different in the work of reviewers. In the vast majority, we have a practically voluntary and anonymous role, in which the demand for their great specialization and quality of opinion has a minimum of recognition (a declaration of activity carried out to be computed in departmental activity reports and/or in the program ), which is well below the offered counterpart. No wonder, there is no journal that does not currently face difficulties in finding reviewers, especially people who have time and are willing to dedicate themselves to evaluations. As long as we do not value the work of the referees as highly qualified intellectual production, we will once again have little chance of reversing the situation. Even more so in view

of the new challenges that journals face today to be much more dynamic and active vehicles in the interaction with the community, and less simple repositories of texts.

We dare say that the recognition of all these stages of production and evaluation can point to a healthy path contrary to productivism, in favor of a culture of greater reading and interaction with journals. Changing the consolidated culture of the area when it comes to journals and encouraging greater experimentation in the face of the current possibilities of digital platforms is something more than welcome nowadays, but which demands precious work time from each and all of us.

If none of this is possible without qualified human and technical resources, it is impossible without financial resources. Editing a quality journal requires financial resources in the payment of specialized teams – proofreading, translation, layout, support from editorial secretaries/assistants, XML markup, hosting an editorial flow management system, DOI registration, monitoring of indexing processes, among others. The switch from paper to digital support may have presented an illusory idea that costs have been reduced. However, in general, the costs are equivalent or greater, as more specialized work has become imperative, as well as the need to create/provide systems that guarantee not only digital access in the short and medium, but also systems that ensure safekeeping and access to our productions in the long term. After all, it is these collections that testify to a substantial part of our historiographical debate and, therefore, its memory. In this sense, financing the publication of a book is much easier than the complex editorial process that sustains each article published in an academic journal, whose demanding, constant and qualified work cannot be surreptitiously embedded in teaching and research tasks.

In this sense, the demand for financial resources is more than urgent, either nationally or in our institutions and programs. Its lack has led to the closure of several journals, from small titles to academically consolidated journals of the highest stratum in the national evaluation system. A hegemonic position within the area of history and recurring in most of the Humanities is that journals should not charge fees, either from authors – usually referred to as APC, article processing charge –, or from readers – subscription or access fees. Thus, and considering that the vast majority of journals are linked to public Higher Education Institutions (HEIs), the alternatives are public calls in the editorial program modality. Among these funding systems, there are few that include new journals and those that have not yet been widely indexed; in general, the focus has been on journals indexed in large national and international databases. The alternatives would be the Support Foundations and resources of the HEIs themselves, however, these public notices have been increasingly rare. Even so, these funding agencies rarely contemplate this group<sup>1</sup>. The financial strangulation of journals leaves out research communities

---

<sup>1</sup> It is noteworthy that the problem of funding has been widespread, as highlighted by the Brazilian Academy of Sciences (ABC). *SITUAÇÃO DOS PERIÓDICOS CIENTÍFICOS brasileiros*. Academia Brasileira de Ciências. 11 jun. 2021. Available on: <http://www.abc.org.br/2021/06/11/manifestacao-situacao-dos-periodicos-cientificos-brasileiros/>. Access on: June 28th. 2020.

in their process of academic growth and consolidation, in addition to compromising and reducing the plurality of research topics and, with it, the bibliodiversity of the field.

In face of the serious national scenario of neglect and flagrant lack of funding for research, which raises this complex situation to even more demanding present and future challenges, our political action is called upon to undertake a double task, which we can only face in the convergence of efforts. The first is to fight for recognition and funding, always! But it is also essential to remember how crucial a culture of research and training that values scientific journals in the area can be, in terms of its use and work for its production.